

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

OBJETO: É objeto da presente Dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE DE UM PORTAL WEBSITE PARA O SAAE-IGUATAMA/MG
MENOR VALOR TOTAL ORÇADO: R\$: 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
LOCAL DE REALIZAÇÃO: pregoessaaeiguatama@gmail.com
Comissão de contratação: Thalita Tabata Assis, Irineu Lopes Camargos, Isabelle Khristine Aparecida Peixoto conforme Portaria N° 01/2024.

2. DA JUSTIFICATIVA:

Justificativa para a Contratação de Empresa Especializada em Recuperação de Website

1. Introdução

A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a contratação de uma empresa especializada para a recuperação do website institucional, que se encontra com problemas técnicos que comprometem sua funcionalidade e acessibilidade.

2.Contextualização

O website da nossa instituição é uma ferramenta essencial para a comunicação com o público, divulgação de serviços e informações relevantes, além de ser um canal de transparência e prestação de contas. No entanto, devido a problemas de instabilidade, tentativa de invasão, desconfiguração total do site e problemas com navegação e acessa - lo, temos observado uma queda significativa no acesso e na usabilidade do site, o que pode impactar negativamente a imagem da instituição e a satisfação do usuário.

3. Necessidade de Recuperação

Diante da situação atual, torna-se imprescindível a recuperação do website, a fim de:

- Garantir a segurança das informações e dos dados dos usuários.
- Melhorar a experiência do usuário, proporcionando um acesso mais ágil e intuitivo.
- Manter a reputação institucional, evitando a disseminação de informações incorretas ou desatualizadas.
- Atender às normas de acessibilidade, garantindo que todos os usuários possam acessar o conteúdo.

4. Conformidade com a Lei 14.133/21

A contratação de empresa especializada se justifica com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei 14.133/21, especialmente:

- **Art. 5º**, que destaca a necessidade de uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.
- **Art. 6º**, que permite a contratação direta em casos de notória especialização, considerando que a recuperação de website exige conhecimentos técnicos específicos que não estão disponíveis internamente.
- **Art. 25**, que possibilita a contratação direta em situações em que a competitividade do processo licitatório seria inviável, dada a urgência e a complexidade do serviço.

5. Conclusão

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada é não apenas justificável, mas essencial para garantir a funcionalidade e a segurança do nosso website. A escolha de um prestador de serviços qualificado assegurará a eficiência e a eficácia na recuperação do site, além de atender aos requisitos legais estabelecidos.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. 1. Análise Diagnóstica Completa

- Avaliação detalhada da infraestrutura atual do website, incluindo desempenho, segurança, e usabilidade.
- Identificação de falhas técnicas, problemas de compatibilidade e questões de acessibilidade.

3.1.2. Recuperação de Dados e Backup

- Restauração de dados perdidos ou corrompidos.
- Implementação de soluções de backup regulares para prevenir futuras perdas de dados.

3.1.2.3. Melhoria de Segurança

- Atualização de sistemas e plugins para corrigir vulnerabilidades.
- Implementação de protocolos de segurança, como certificados SSL, firewalls e proteção contra ataques DDoS.

3.1.2.4. Otimização de Performance

- Aceleração do tempo de carregamento do site por meio de técnicas de otimização, como compressão de imagens e minificação de código.
- Melhoria da experiência do usuário com uma navegação mais fluida.

3.1.2.5. Redesign e Usabilidade

- Atualização do design do site para torná-lo mais atraente e intuitivo.
- Garantia de que o site seja responsivo, ou seja, que funcione bem em dispositivos móveis e diferentes tamanhos de tela.

3.1.2.6. SEO e Marketing Digital

- Implementação de práticas de otimização para motores de busca (SEO) para melhorar a visibilidade do site.
- Sugestões de estratégias de marketing digital para atrair mais visitantes.

3.1.2.7. Treinamento e Suporte

- Treinamento para a equipe interna sobre como gerenciar e atualizar o site.
- Suporte técnico contínuo para resolver quaisquer problemas futuros.

3.1.2.8. Monitoramento Contínuo

- Implementação de ferramentas de monitoramento para acompanhar o desempenho do site e detectar problemas antes que afetem os usuários.
- Relatórios periódicos sobre o estado do website e sugestões de melhorias contínuas.

3.1.2.9. Integração de Funcionalidades

- Adição de novas funcionalidades, como sistemas de gestão de conteúdo (CMS), formulários de contato, ou e-commerce, conforme necessário.

Essas soluções, combinadas, podem ajudar a restaurar e modernizar o website, garantindo que ele atenda às necessidades atuais da instituição e de seus usuários.

4. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. Opta-se Pela Dispensa de Licitação, considerando o valor total da aquisição com fulcro no art. 75, II, da Lei nº14.133. A aquisição será de forma total, por menor valor por item.

5.DA HABILITAÇÃO

5.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133/2021.

5.2. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

5.2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.2.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.2.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.2.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

6-DA PROPOSTA

6.1. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente no endereço de e-mail pregoessaaeiguatama@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

7-CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

7.1. A contratação deste serviços enquadra-se na definição de bem de qualidade comum, tendo em vista que bem de consumo que atenda restritamente a qualidade, preço, características técnicas e funcionais necessárias ao atendimento da demanda identificada, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

8-ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 Os serviços objeto desta dispensa eletrônica serão realizados e entregues pelo(a) CONTRATADO(A), conforme solicitação do departamento requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas neste Edital e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.2. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta dispensa eletrônica, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

8.3. Os serviços serão prestados no sistema nas dependências da contratada no que couber e no SAAE de Iguatama/MG.

8.4. A partir do envio da autorização de compras o contratado terá o prazo de 02 dias para início da realização dos serviços, caso haja impedimento, o mesmo deverá informar ao setor solicitante os motivos que levarão ao descumprimento do prazo.

8.5. Se o setor solicitante acatar o pedido de prorrogação do prazo de entrega, poderá ser estabelecido novo prazo, desde que não impossibilite a execução dos serviços já previstos pelo setor.

9-OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado de 05 dias úteis após o recebimento, a correta funcionalidade deste com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação definitiva;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos objetos, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá ao(a) CONTRATADO(A), além das responsabilidades resultantes deste Edital, da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores:

10.1 Realizar o objeto desta dispensa eletrônica, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao (a) CONTRATANTE, observando sempre as especificações dos materiais a ser fornecido.

10.2 Responder pelos danos causados diretamente ao (a) CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo(a) CONTRATANTE.

10.3 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a entrega dos materiais ainda que no recinto do (a) CONTRATANTE.

10.4 Efetuar a entrega dos materiais objeto deste Edital, dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

10.5 Efetuar a entrega dos materiais de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Edital e seus Anexos e no contrato.

11. CONTRATAÇÃO

Para atender a demanda do Departamento requisitante, o licitante deverá:

11.1. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

11.2. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.5. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.6. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.7 Contrato Social e suas últimas alterações;

12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com a execução do Contrato decorrente deste processo de Dispensa eletrônica, ocorrerão à conta dos recursos:

04.001.000.17.122.0021.2186.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.3.90.39.00.1501.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte 501.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado **Sr. Jose Marcio Ferreira** para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios

redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal devidamente liquidada pelos responsáveis pelo SAAE, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A apuração das Infrações e Sanções Administrativas observará os termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1 A estimativa de preços foi feita com base em pesquisa realizada junto às empresas do ramo compatível ao objeto licitado, conforme orçamentos em anexo; tendo o menor valor total orçado de R\$: 4.200,00(**quatro mil e duzentos reais**).

Iguatama/MG, 08 agosto de 2024.



Hedrumon Andrade da Silva
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama-MG

RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972